

Práticas de arquivamento de D. Francisco Manuel de Melo nas *Cartas*

Familiares

MAICON DA SILVA CAMARGO *

Seguindo o exercício proposto por Philippe Artières (1998:9) nos “imaginemos por um instante” em um grande arquivo onde se encontram todos os papéis produzidos em Portugal durante o século XVII – do mais ordinário bilhete às maiores produções intelectuais do período. O arquivista, taxonomicamente, separa esse material reservando uma estante para cada unidade classificatória. Encontraríamos, pois: crônicas, papéis “ordinários”, anotações dos alunos das escolas jesuíticas, documentos oficiais, administrativos, literatura histórica, poesias, teatros, novelas, hagiografias, sermões, mística, tratados políticos, científicos, religiosos ... e cartas. Essa última estante chama-nos a atenção, é bem volumosa, uma das grandes estantes do arquivo, contudo deixada ao acaso, sem ordem, caótica. Tal estante, a da epistolografia, realmente não chamou a atenção do seu arquivista, nem seu interesse. Não percebeu nelas importância ou relevância. Desse modo, por não ter despertado valor aos critérios do arquivista, este decidiu descartá-las do repertório do arquivo. Antes, porém, recolheu alguns poucos papéis e colocou-os em duas ou três caixas para reservar à coleção do arquivo, de modo contingente, e junto delas, conserva também outra caixa, a única de toda a estante que já se encontrava organizada, pois já fora doada ao arquivo dessa maneira. E assim, a profusa estante “epistolar” fora reduzida a duas ou três caixas “salvas”, ao mero acaso, juntamente com essa singular caixa doada de forma curiosamente ordenada num esforço meticuloso do doador de preservá-la.

Tal movimento imaginativo nos transporta de modo bem adequado às circunstâncias dadas às cartas produzidas em Portugal no século XVII bem como as formas pelas quais os homens do período se relacionavam com esse índice da cultura escrita. E assim evocamos nosso objeto de estudo: a atividade epistolar de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) e a produção da sua obra *Cartas Familiares* (1664).

* Universidade Federal de Goiás (UFG), doutorando.

D. Francisco Manuel de Melo produziu uma vasta bibliografia, diversificada tanto nas temáticas trabalhadas quanto nos gêneros – e por isso ficou conhecido como polígrafo. Escreveu obras literárias em verso e em prosa; tragédias, comédias, autos; obras históricas; biografias; hagiografias; tratados políticos e militares; sobre religião, moral e esoterismo; estudos sobre cultura popular; memoriais; epístolas. Foram publicadas em vida 21 obras. Além dessas, Melo nos aponta nas *Obras Morales* mais de 78 livros de sua autoria – sendo todos estes publicados postumamente. Além dessas, as *Cartas Familiares* nos dão notícia de mais sete obras que por nunca terem sido publicadas se perderam e nada sabemos a respeito. Oferecendo-nos um total de 106 obras. Desse dado interessa-nos o fato de que nosso autor dedicou sua vida à elaboração de conhecimento e à escrita, e de toda essa produção o que mais chama a atenção – nossa, da crítica e do próprio autor! – é seu fazer epistolar.

“Antes, como o ânimo queixoso desafoga pelas palavras, a alma afligida pelas lágrimas se alivia” (*Cartas Familiares*, 411)². Melo acreditava que a escrita era uma fonte de consolo para os homens. E ele particularmente buscou o consolo de que tanto precisava através da escrita, especialmente da escrita de missivas.

Embora a matéria-prima delas fossem aspectos da vida e reflexões do próprio autor, “falo com a alma e o coração tudo o que sinto e desejo” (*Cartas Familiares*, 20), elas são fruto de uma intensa reflexão. Exige-se esforço para alcançar essa matéria subjetiva em tal grau que quando se encontrava aflito, a ponto de sequer conseguir pensar, Melo foi incapaz de manter sua atividade epistolar (*Cartas Familiares*, 152). Diante de um papel (carta) que não conseguia responder nosso autor tomou “então por partido lê-lo muitas vezes, já que ùa lhe não sabia dar resposta. Isto tenho eu muito bem feito” (*Cartas Familiares*, 498). Exige-se verdadeiro esforço hermenêutico organizar as ideias e sentimentos para torná-los inteligíveis a si mesmo e ao outro. E nem sempre fora possível atingir esse objetivo: “não há que culpar-me de que não saiba o que digo, se não sei o que quero” (*Cartas Familiares*, 339); “visto que não é a primeira vez que os meus papeis não tem pés nem cabeça” (*Cartas Familiares*, 379).

Contudo, essa parecia, ao menos para D. Francisco, o meio mais seguro de se lançar na empreitada em busca de consolo e orientação. “Cada dia mais necessito de

² Referenciaremos nosso principal documento de análise conforme se convencionou pela historiografia especializada: título da obra e número da carta (exemplo – *Cartas Familiares*, 01).

que V.M. me ouça sequer ãa hora, por que trago minhas fantasmas com que mal me aviriguo; e toda a luz de juízo de V.M. é necessária para as ver de todo” (Cartas Familiares, 300). Diante de tantos fantasmas, medos, ansiedades, angústias, tornava-se difícil esse acesso a si, daí a importância da epistolografia – é a correspondência que lança luz nesse caminho penoso. Se sozinho mal poderia se averiguar, se compreender e se experimentar é com auxílio do outro que isso se torna possível.

Desse modo, percebemos que a atividade epistolar para nosso escritor é de importância vital. Não é por menos que afirma que “com vinte e trinta cartas por dia, nem sou gente, nem entendo a gente” (Cartas Familiares, 361).

Diante de importância de tal atividade, podemos começar a entender o porquê de Melo em apenas seis anos de prisão ter escrito mais de 22.600 cartas. Ele se deleitava em receber e ler cartas. Afinal, era por meio delas que renovava seu espírito, “a qualquer das palavras que V.S. pôs neste papel, que recibi ontem, é pouca paga ãa vida, por que cada ãa me deu ãa alma” (Cartas Familiares, 331). Mas seu contentamento era também derivado não apenas do consolo que recebia de outrem, mas do que fornecia a outros por meio da reflexão característica da escrita de si. Em uma carta de pêsames a um marido enlutado o autor confessa:

[...] dando todo meu poder a estas regras e renunciando nelas todo o meu coração, para que não só signifique a V.S. o meu sentimento em seu sentimento, mas para que me saiba tanto aproveitar da causa dele, que traga dessas sombras claridades e dessas lágrimas avisos, com que possa alumiar minhas trevas e advertir meus desconcertos (Cartas Familiares, 441).

Embora seu objetivo fosse levar consolo ao amigo que se encontrava lutando contra a dor causada pela morte, ele não nega que aproveitou da oportunidade para ele mesmo se consolar, lançar luz sobre as trevas em que vivia.

De fato D. Francisco Manuel de Melo desenvolveu uma relação bem peculiar com a sua atividade epistolar. Podemos ao menos imaginar o volume de suas missivas. Sendo verdadeira a informação que nos forneceu de que escreveu 22.600 cartas apenas nos seis primeiros anos de prisão e de que tinha por costume escrever de 20 a 30 cartas por dia, qual não teria sido seu montante epistolar sendo que ficou preso por 11 anos (e o número de suas missivas intensificava à medida que ficará mais tempo preso), 3 anos desterrado aqui no Brasil, e para além da prisão e desterro utilizou da

epistolografia ao longo de toda sua vida? Talvez Melo seja realmente o português que mais tenha escrito cartas, contudo, não fora o único a escrevê-las, muitos outros portugueses do período também produziram um grande comércio epistolar.

O fato de terem nos chegados poucas cartas não significa que a atividade epistolar do período fosse escassa ou pouco desenvolvida. Podemos realmente afirmar que tal atividade foi bastante empregada pelos portugueses seiscentistas. Embora nos tenha chegado apenas um pequeno volume de cartas, há referências dos missivistas do período comentando o seu próprio comércio epistolar e através destas referências podemos ao menos tentar reconstituir o tamanho dessa atividade.

Camões (c. 1525-1580), no período em que se encontrava em Goa, já fazia alusão à intensa atividade epistolar a qual se dedicara. Queixava-se da “[...] ocupação de escrever muitas cartas pera o Reino” (CAMÕES, 1968: 243). Ora mas de todo esse volume que Camões afirma ter produzido, a ponto de lhe tomar seu tempo, “Causa justificada perplexidade o termos apenas, da mão do maior poeta português, escassa meia-dúzia de cartas, duas delas somente tornadas públicas no nosso século [XX]” (ROCHA, 1985:110). O Padre António Vieira também afirmava que “De todo o Reino me chegam cartas de consolação” (ROCHA, 1985:155) fazendo alusão assim ao movimento epistolar de seu tempo.

Também o Rei D. Filipe II da Espanha e I de Portugal (1580 - 1598), que levou sua corte para Portugal entre os anos de 1580 e 1583 mandou escrever um despacho intitulado *Provisão do nosso rei e senhor, de como se há de falar e escrever* (1597). Nele expõe algumas queixas tais como o excesso de formalismo e rebuscamento da linguagem, tanto na fala quanto na escrita, destacando a escrita de missivas, inclusive listando uma série de multas a serem pagas em espécie caso ocorresse o descumprimento desta sentença real. Ora, realmente haveria a necessidade de tal intervenção régia junto à escrita epistolar se essa não fosse uma atividade corrente? Acreditamos que não.

Alguns contemporâneos de Melo também foram grandes epistológrafos. O Padre António Vieira (1608 - 1697), conhecido por seus mais de 200 sermões, também foi um grande missivista, possuindo mais de 700 cartas publicadas, e essas se referem apenas as que chegaram até nossos dias por terem sido publicadas postumamente, no século XVIII, e não representam toda a sua epistolografia. Além de Vieira, Manuel

Severim de Faria (1584 - 1655) conhecido por ser o precursor da imprensa em Portugal utiliza-se justamente do seu comércio epistolar para escrever as “notícias” do que se passava no além-mar (MEGIANE, 2007).

No primeiro quartel do século XVII foi publicada a primeira obra em língua portuguesa que normatizava a escrita epistolar. Francisco Rodrigues Lobo (1580-1622) na *Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (1619) descreve a vida cortesã da época e dessa forma acaba por regulamentar muitos costumes desse grupo social³. De um total de 17 diálogos, reserva 2 para conceituar, sistematizar, normatizar e explicar o gênero epistolar oferecendo em seguida um pequeno compêndio com exemplos de cartas, especialmente dos autores da antiguidade clássica e humanistas modernos. Isso já revela que a escrita epistolar não foi apenas utilizada, mas necessária, ao menos para a parcela nobre da sociedade portuguesa, sendo um elemento essencial e um componente da vida cortesã moderna.

Com todos esses indícios fica evidente que a produção epistolar no século XVII foi intensa e produziu de fato a estante volumosa do arquivo imaginário evocado no início deste trabalho. O fato de o arquivista tê-las ignorado e descartado não significa a sua inexistência. O fato daquela sociedade não ter se interessado em preservar a acentuada quantidade de missivas que produziu não indica que elas não existiram, por outro lado, denuncia um desinteresse ou indiferença da mesma com relação a sua própria produção epistolar. Tal desinteresse explica o porquê de se terem produzido tantas cartas e não as encontrarmos: o arquivamento é consequência de uma política de memória que não é despretensiosa.

Talvez aqui seja proveitoso avançarmos no tempo e percebermos as questões envolvidas na epistolografia contemporânea. Desse modo, ao voltarmos para o século XVII as características da escrita de cartas deste período irrompem e se tornem mais nítidas. Peter Gay (1999) realiza um estudo sobre a experiência burguesa na Inglaterra na era vitoriana e ao fascínio desses homens por tudo que dizia respeito à “vida interior” e à “vida secreta do eu”. Nota-se uma imensa produção de obras

³ Típico problema apontado por Norbert Elias sobre o nascimento da vida em Corte. Consistia numa transformação dos costumes de uma cavalaria feudal para um processo civilizador de mudanças de comportamentos de grandes proporções (ELIAS, 1994).

relacionadas à escrita de si tais como a autobiografia, os memoriais, os diários íntimos e as cartas.

O autor observa que a epistolografia a partir do século XVIII, e especialmente no século XIX, se torna uma prática cada vez mais abundante e difundida. Os vitorianos estavam experimentando um individualismo que “serviu de caminho tanto para a liberdade pessoal como para o isolamento psicológico” (GAY, 1999:375). Dessa forma, a escrita de si nesse período foi atravessada ora por uma “discrição defensiva”, ora por uma “exploração corajosa”, mas muitas vezes pela mistura de ambas. Esse movimento introspectivo que se manifesta na escrita revela a busca desses homens por algo tão difícil de definir e encontrar – sua própria identidade (GAY, 1999:372-375).

A busca por essa identidade marcou a escrita de si no século XIX, mas por que além de produzir cartas esses indivíduos as guardavam, elaborando um arquivo? Segundo Philippe Artières, “para responder a uma injunção social” (1998:3). A prática de arquivamento do eu é uma prática empreendida pelo indivíduo para construir a si mesmo. Uma forma de se representar como se vê e como gostaria de ser visto por outros. É uma forma de produzir uma representação de si frente a representação que os outros possuem de nós.

As cartas mesmo quando não são íntimas, como as do século XVII, quase sempre falam do eu. Encontramos no interior da epistolografia um acesso à biografia do remetente. As cartas de D. Francisco Manuel de Melo não são a intimidade de um indivíduo e nem poderiam ser⁴. Contudo, elas constituem uma rica fonte para a construção de sua biografia e de sua sociedade, tanto é que Edgar Prestage em 1914 as utilizou para realizar a biografia de Melo. Nosso problema passa a emergir. A sociedade portuguesa seiscentista não via interesse em arquivar esse tipo de documentação. É por isso que nosso autor afirma: “Aqueles que com melhor pena se escreveram, não esperou a tempestade da desgraça que os levasse outro vento, porque, enfim, como obras de penas e de palavras, haviam de ter no ar sua sepultura, bem como no fogo seu nascimento” (Cartas Familiares, Carta aos Leitores, p. 52). Melo percebeu que as cartas, “obras de penas e de palavras”, eram efêmeras e depois de lidas tinham ‘sua sepultura

⁴ Indivíduo no sentido atribuído pelo preeminente trabalho de Norbert Elias em *A sociedade dos indivíduos* (1994).

no ar', seu fim era quase que imediato à sua leitura. Talvez por isso que de toda sua enorme atividade epistolar além das 500 cartas publicadas nos restaram apenas 81.

A função das cartas na Antiguidade, conforme definição de Marco Túlio, e que foi retomada no século XVII, é a de promover uma conversação entre pessoas ausentes (LOBO, 1945:51). Dessa maneira, quando sua função era cumprida, quando o destinatário a lia e tomava conhecimento do que seu correspondente desejava, ela perdia seu valor e podia ser descartada. Assim, ao passo que as cartas de ofício escritas na Idade Moderna – especialmente aquelas entre os administradores das terras ultramarinas com a Metrópole – foram, por seu valor político, arquivadas, as cartas familiares, cartas de cunho mais pessoal, foram preservadas apenas quando no seu interior continham informações institucionais – do Estado ou da Igreja, por exemplo.

O que vemos aqui é um problema de ordem histórico, político e filosófico. Toda prática de arquivamento conserva documentos de que se deseja levar à memória – sendo também produtora de memórias – e, assim, revela o que uma sociedade anseia e considera importante preservar para a posteridade. O que os homens de um tempo julgam importante guardar para as próximas gerações bem como a representação de seu tempo e sociedade que desejam deixar para a posteridade.

No limite, esse desinteresse da sociedade portuguesa seiscentista no arquivamento de suas cartas familiares, mesmo a dos “grandes-homens” e, em contrapartida um arquivamento modesto e quase que exclusivo das que possuem informação das instituições sugere o que os homens do período julgavam importante de sua sociedade e para a construção de sua memória. Trata-se de uma concepção de documentos, arquivos e de história que tais homens possuíam.

Não era o homem em si que ocupava o centro das atenções. O antropocentrismo advindo do Renascimento Humanista coloca em destaque o “homem” não enquanto a pessoa singular ou o indivíduo, mas a consciência humana ou razão pela qual o homem deveria conhecer o mundo. Trata-se de um problema epistemológico. Não de uma ruptura do homem com seu lugar social ou a reivindicação do homem enquanto sujeito histórico.

Na Idade Moderna instituições como o Estado e a Igreja se tornaram forças cada vez mais centralizadoras e unificadoras. Ora, para se centralizar era necessário apagar as diferenças, e dessa forma era o que unificava esses homens, o que os

tornavam iguais, que se desejava preservar, e para isso fazia-se necessário apagar as diferenças, as singularidades, ou pelo menos reduzir a importância dela.

Assim, que lugar poderia ocupar uma carta que fala apenas de assuntos cotidianos e que nos revelam a vida de uma pessoa nessa sociedade? Obviamente, essa carta familiar era como uma peça da indumentária: algo pessoal, pelo qual se apresenta aos outros, mas que justamente por referir à pessoa não foi concebido com valor documental. Embora importante no cotidiano, não lhe foi atribuído valor documental e memorial, porque o que dizem não era aquilo considerado como parte da História – dizem mais sobre o *eu* do que sobre o *nós*. E aqui, se encontra nosso interesse nas *Cartas Familiares* de D. Francisco Manuel de Melo.

As *Cartas Familiares* possuem uma conotação biográfica tão latente que Maria da Conceição Sarmiento (1981) no prefácio que prepara para a 3ª edição dessa obra afirma:

Há coleções de cartas que interessam como documentos vivos de uma época pelo que revelam dos costumes, das idéias e dos problemas que agitam determinada sociedade. Assim é – para citarmos um escritor do mesmo período – a correspondência do P. António Vieira que, para além de seu valor artístico, é importante para o estudo dos tempos agitados que se seguiram à Revolução de 1640. Não é este o caso das *Cartas Familiares*. [...] Mas o que realmente importa nas *Cartas Familiares* é o conhecimento que elas nos dão a respeito da pessoa do seu autor (SARMENTO, 1981:34, 36).

Embora discordamos veementemente que essa obra de Melo seja um documento que não nos diz acerca dos “costumes, das idéias e dos problemas” de sua sociedade⁵ é interessante notarmos que as referências biográficas presentes nessas cartas são o que mais chamam a atenção dos seus leitores. Sarmiento chega a afirmar que o que importa nelas são as informações que nos fornece sobre seu autor.

Contudo, o que Melo nos apresenta nas *Cartas Familiares* não são apenas missivas de caráter autobiográfico. Na verdade, muito pouco nos conta sobre sua infância, sua família, seus parentes, seus amigos, a vida na corte ou mesmo seu cotidiano. O que nos informa sobre si é basicamente acerca de sua prisão bem como as injustiças que sofrera. Além disso, nos revela suas reflexões e meditações sobre o homem, a vida e o lugar do homem no mundo. Quando tomamos as *Cartas Familiares*

⁵ Nosso estudo no mestrado caminha justamente no sentido de explorar as concepções filosóficas presente na sociedade ibérica através das cartas de Melo (CAMARGO, 2014).

enquanto *obra*, assim como foi o propósito do autor, percebemos que há ali o encadeamento de duas narrativas uma “História Universal” e uma “história pessoal”. E é somente por isso que consegue preservar sua vida. Ela por si só, não é algo de interesse histórico ou algo que deva ser preservado (não segundo as concepções de história do seu tempo), mas é o caráter exemplar que Melo nos apresenta de si que servirá de suporte para a preservação de sua vida pessoal.

Antônio Luís de Azevedo, melhor amigo de Melo e prefaciador da 1ª edição da obra, diz que as epístolas presentes na obra são um “centro de preciosas pedras que servirão ao edifício da memória, porque, tendo em pedra sólida o fundamento de vossa doutrina, tende como natural a imortalidade” (Cartas Familiares, Carta à Academia dos Generosos, p. 47, 48). Ora, o que se nos apresenta é que essas cartas pertencem ao edifício da memória e serão preservadas, não pela vida de Melo, mas devido à doutrina – pensamento ou filosofia – que o autor desenvolve. Que doutrina é essa?

D. Francisco destaca que o que oferece são cartas “escritas com sangue, enxutas com lágrimas, dobradas com singeleza, seladas pela desgraça, levadas pela mofina” (Cartas Familiares, Carta aos Leitores, p. 51). Azevedo comenta que o autor escreveu suas cartas enquanto se encontrava “peregrinando pelo mundo, e depois, entre as maiores tribulações, preso em hũa Torre, falta de saúde, sem gosto, sem liberdade, deixado dos parentes, desamparado dos amigos” (Cartas Familiares, Aos Discretos, p.50). Desse modo, *Cartas Familiares* é uma obra alicerçada no sofrimento que sentia o próprio autor – tanto no seu sofrimento pessoal quanto no que era comum a todos os homens. Por isso ele mesmo acredita que sua obra apresenta uma pequena variedade quanto aos assuntos das missivas “porque sempre o humor da sorte estava fixo na melancolia” (Cartas Familiares, Carta aos Leitores, p. 52) de modo que as cartas foram escritas “com suma infelicidade. Prisão, desordem, espírito ocupado de dores” (Cartas Familiares, 283).

“Assi pode suceder-me que, de costumado males, desgostos e trabalhos, poderei facilmente mostrar o caminho da temperança a outros sujeitos granais [jovens] que andam como perdidos entre a dor que, enfim, é o mato e a mata do mundo” (Cartas Familiares, 510). Para ele, a dor era o cenário no qual os homens viviam, era o que havia de mais comum na situação dos homens de seu tempo e acreditava ser hábil em seu trato, por isso se julga capaz de mostrar o melhor caminho aos outros.

Eu queria oferecer alívios a um espírito afligido, e lhe represento, ou lhe mostro, os sinais de minha aflição. Ora também pode ter propósito, porque os pequenos males, quando muito, fazem companhia aos maiores; mas os maiores consolam os iguais e aliviam os menores (Cartas Familiares, 568).

Melo considerava difícil que alguém tenha sofrido mais do que ele nesse mundo – se coloca enquanto um parâmetro neste assunto. Assim, por meio de toda sua bagagem poderia fornecer auxílio para os que sofriam tanto quanto ele bem como para outros que sofriam menos. “Sou certo [diz Azevedo] que, se lerdes suas Cartas, lhes aplicareis a lástima, porque males alheos sempre fizeram ânimos compassivos. Será pelo temor que temos de ver em nós o que estamos vendo no outro” (Cartas Familiares, Aos Discretos, p. 50). Azevedo acreditava também nesse potencial da obra porque julgava que o sofrimento de uma pessoa podia dar lições práticas para outras.

“Bem é verdade que não seria o primeiro que, havendo-se perdido a si, se alugasse para guiar outros” (Cartas Familiares, 268). Melo não seria o primeiro a se colocar à disposição para guiar/consolar outros. Qual seria então o diferencial das *Cartas Familiares*? “Aqui vemos por experiência os documentos da Filosofia no sofrimento” (Cartas Familiares, 268). Mediante a experiência de Melo os leitores poderiam ter acesso à aplicação da filosofia (do conhecimento, do saber) ao sofrimento – aprenderiam a utilizar o conhecimento, a sabedoria, para suportarem pacientemente o sofrimento. Isso seria possível porque “V.M. bem sabe que dei eu em ser como nuvem: vou tomar as águas ao oceano para as chover sobre a terra” (Cartas Familiares, 516). Assim, como uma nuvem se forma em cima dos oceanos e leva água para a terra, assim era Melo: apenas um mediador entre o que fornecia verdadeiro consolo – o saber – e seus leitores. Ele retirava consolo de outras fontes de conhecimento (o vasto oceano da filosofia) e por meio de sua experiência levava consolo a outros (a terra).

Assim, construiu essa doutrina de aplicar a filosofia ao sofrimento “para que a dor se suporte com muito cristã paciência” (Cartas Familiares, 216). Melo se inscreve numa História Universal, se constrói enquanto um homem-monumento que fosse digno de pertencer ao “edifício da memória” de Portugal. A questão é que, como já vimos, Melo escreveu diversas obras em diferentes gêneros e poderia ter desenvolvido facilmente essa doutrina num suporte mais adequado, como um tratado filosófico ou

moral, mas não o fez. Escolheu publicar essa doutrina no interior de seu epistolário aonde justamente nos apresenta a sua vida.

Para D. Francisco Manuel os homens se encontravam em uma batalha entre serem lembrados ou esquecidos. Chama à atenção de certo correspondente quanto a isso: “e ficará assi da mesma sorte, em pedras escrita a lembrança da devoção e zelo de V. M. contra as forças do esquecimento” (Cartas Familiares, 242). São duas forças oponentes – memória e esquecimento. Na carta supracitada o destinatário venceu as forças do esquecimento ao conseguir, metaforicamente, escrever seu nome em pedras, um material sólido e resistente ao tempo.

Este também era o desejo do nosso autor – ter seu nome gravado na ‘pedra da lembrança’. “Inculcar ao mundo os famosos nomes dos sábios e nesse inculca o próprio nome [...] Assi acontece a quem para escapar do golfo profundíssimo do esquecimento humano lança a mão de algum memorável sujeito” (Cartas Familiares, 579). Nesta epístola, Melo nos fala sobre seu desejo de organizar e publicar uma edição crítica de antigos poemas escritos em português. Pede a colaboração de outros para ajudá-lo nesse empreendimento, enfatizando que quando se edifica a memória de grandes nomes o seu próprio nome também fica edificado. Entendemos assim, que Melo também almejava “escapar do golfo profundíssimo do esquecimento”.

Melo através de sua obra conseguiu inscrever seu nome na pedra da memória. Em vida pode ver vinte e uma de suas obras publicadas, algumas com mais de uma impressão, como *Las Tres Musas del Melodino* (1649), uma de suas coletâneas poéticas que só em vida foram publicadas 5 vezes entre diferentes edições e reimpressões, inteira ou em partes. Desse modo, não podemos julgá-lo pretensioso ao anunciar: “É certo que os trabalhos fazem ou muito lembrado ou muito esquecido. A mi o primeiro” (Cartas Familiares, 231). Os trabalhos a que se referia eram obras escritas e publicadas e quanto as que ele mesmo havia produzido acreditava que por meio delas iria ser lembrado. Tinha consciência de que havia consolidado, acertadamente, sua memória enquanto escritor.

Se Melo acreditava ter construído um edifício da memória para seu nome, onde podia vencer o combate contra o esquecimento, as *Cartas Familiares* nada possuem de novo e pouco corroboram nesse sentido. Inclusive, em 1664, ano de sua publicação, Melo já havia publicado suas principais obras, e até hoje as de maior

destaque: *Historia de los Movimentos y Separacion de Cataluña* (1645), *El Mayor Pequeño* (1647), *El Fenis de Africa* (1648), *Las Tres Musas del Melodino* (1649), *Carta de Guia de Casados* (1651) e *Epanaphoras de varia Historia Portuguesa* (1660). Através dessas obras, Melo se consolidou enquanto escritor e deixou seu legado para a sociedade. Contudo, tais obras são como os grandes feitos, produzem glória, fama, mas não são os meios mais seguros de vencer o esquecimento da vida da pessoa. São como um monumento que quando olhamos evoca em nossa memória a pessoa representada, mas nos chama atenção não para sua vida e sim para seu feito histórico. Nas *Cartas Familiares* percebemos o desejo de Melo de preservar não o grande escritor seiscentista, mas a sua própria vida – é o tempo da vida pessoal se sobressaindo ao tempo da História. E aqui reside a importância e originalidade das *Cartas Familiares*.

Suas missivas são uma importante forma de comunicação, lhe fazem interagir com o mundo, são através delas que constrói e amadurece seu pensamento, lhe fornecem consolo, porém, juntamente a tudo isso, ou mais importante que todos esses fatores, sua epistolografia é uma forma de registrar e guardar, para longe do alcance do esquecimento, sua própria vida. Nelas o autor ia construindo a visão de si que se contrapunha às visões que os outros construíram sobre ele, especialmente a construída pela Justiça da época.

Devemos notar aqui a distinção que ele faz em relação a vencer o esquecimento e quanto àquilo que se poderia guardar na memória. Para Melo, era digno de preservar na memória os grandes feitos de uma pessoa, aquilo que a torna exemplar, e por ser exemplar o que interessa são seus traços universais. Mas também cabia à memória guardar a vida da pessoa, aquilo que a tornava singular. O destaque aqui, o que se pretende guardar na memória, não é um ato, uma ação, um feito, um grande pensamento ou consideração filosófica, mas é a própria vida do sujeito. Melo pretende nas *Cartas Familiares* vencer a batalha contra o esquecimento não por seus grandes feitos, neste sentido já possui outras obras literárias e históricas, mas por arquivar sua própria vida, e nesse sentido guarda, organiza e publica suas cartas – não é o escritor/pensador que deseja levar à memória, mas sua vida.

O autor tem consciência de que um arquivo é um espaço privilegiado de memória. Sobre uma biografia de D. Nuno Álvarez Pereira escrita por Rodrigo Mendes Silva, Melo em carta ao autor afirma: “Tais são as ações que tal lição nos oferece; tão

poderosos e tão claros seus exemplos [...] donde se conhece quanto seu autor soube pôde e quis inquirir os papéis, *destranhar os arquivos*” (Cartas Familiares, 37, grifo nosso). Elogia a obra pelo fato de considerar D. Nuno Álvares um grande homem que servia de exemplo para toda a sociedade, mas elogia o autor pelo fato de ter ido aos arquivos, pesquisá-los meticulosamente para somente assim escrever essa história. Melo reconhece o estatuto dos arquivos como espaço privilegiado de preservação da memória, a fonte da memória oficial, uma memória que pretende ser verdadeira e capaz de vencer o esquecimento. Sua vida só seria preservada se saísse do seu “arquivo pessoal” e entrasse nesse “arquivo público”, publicando as *Cartas Familiares*. Não que Melo acreditasse que publicando suas cartas essas iriam parar num arquivo oficial, mas sairiam de sua gaveta e ao se tornarem obra aumentariam suas chances de vencer o esquecimento.

Para o autor, seu fazer epistolar também continha uma importante característica – a de lhe conferir voz no mundo. “Porque na verdade isso hei mister mais que tudo: ser ouvido” (Cartas Familiares, 186). Melo ficou preso 11 anos e depois foi desterrado para o Brasil por aproximadamente mais 3 anos como condenação por um homicídio pelo qual afirma ser inocente. Recorreu diversas vezes em tribunal até o próprio Rei de Portugal, D. João IV, decretar por meio de um alvará que Melo cumprisse a sentença e também o proibia de se manifestar judicialmente acerca desse processo: um decreto de silêncio, de modo que o maior desejo de Melo era o de falar e de ser ouvido. Em certo sentido suas cartas lhe possibilitavam isso, eram um ato de resistência e subversão.

Em uma ocasião que se sentiu muito melancólico disse que ficou em “silêncio” (Cartas Familiares, 271) por não escrever cartas. Foi por intermédio delas que nosso autor atuava sobre o mundo. “Contudo, como só com palavras posso (por ora) mostrar a V.M. a estimação que faço da boa vontade que comigo exercita [...]” (Cartas Familiares, 159). Sim, a prisão não paralisou Melo, não porque ele aproveitou dessa situação para se dedicar à leitura e a escrita, ou porque ele foi “forte” e não se deixou abater, mas porque através de suas missivas ele conseguia atuar no mundo.

De fato “As letras [cartas] são livres por natureza [...] por mais sutis, podem romper muros, sem embargo da teima dos poderosos” (Cartas Familiares, 14). Para quem estava preso a liberdade tinha grande valor. E suas missivas possuíam esse preço!

Embora encarcerado, sentia-se livre por meio delas. Estas lhe conferiam certa medida de liberdade e poder. Quebravam os muros da sua “toca” (Cartas Familiares, 222). As “letras” não conhecem obstáculos, não possuem fronteiras. Por isso, pôde afirmar “saiba, Senhor meu, que estou solto e livre, porque a alma não está na Torre Velha” (Cartas Familiares, 209). Sua epistolografia o lança num duplo movimento: de *reflexão* acerca de si e de *ação* no mundo. Permitindo-o criar uma representação acerca de si que divergisse da que oficialmente foi construída sobre ele por meio dos processos e julgamentos. Expressam a voz de quem foi silenciado.

A epistolografia de Melo representa o arquivamento que o autor faz de si ao passo que as *Cartas Familiares* são a tentativa de manter esse arquivo seguro. Através desse arquivamento o autor poderia provar ou pelo menos registrar para a posteridade sua inocência e desse modo fazer justiça uma vez que acreditara que fora tratado injustamente em seu tempo. Trata-se de um conflito de representações acerca dele. Melo em 1658 recebe o *perdão régio* e assim ganhou sua liberdade e voltou para Portugal. Mas não há registros de Melo ter sido *inocentado*. De modo que em 1664 publica as *Cartas Familiares* que são seu esforço de registrar sua versão dos fatos, realizando um deslocamento de seu arquivo pessoal para o arquivo público impessoal.

Para isso nosso autor teve de mudar o estatuto da história (permitindo que a vida de um homem simples também fosse escrita), ampliando os limites do que sua sociedade julgava parte da memória, inserindo uma nova tipologia documental (as cartas pessoais) para os arquivos públicos. As *Cartas Familiares* constituem a versão final dessa prática de arquivamento e sua existência em si já prova que tal empreendimento foi realizado, embora não possamos afirmar a partir disso o quão consciente Melo estava dessa empreitada.

Parece-nos uma prática divergente em seu tempo, uma fissura na história, que nos permite problematizar a relação existente entre a escrita da história e os espaços de memória. Os documentos do passado não são apenas resíduos abandonados pelos homens de uma determinada época que nos chegam contingentemente. É claro que parte desse “espaço de experiência” (KOSELLECK, 2013) nos alcança dessa forma, mas não unicamente. Muitos documentos representam uma intervenção proposital no tempo, quer tenha sido empreendido por uma Instituição, comunidade, grupo social ou uma pessoa. Assim, além do que propriamente tais fontes falam sobre seu tempo, o

significado dessa intervenção no tempo, desse esforço de se preservar algo bem como as condições que permitem que tal arquivo sobreviva revelam elementos importantes desse passado que insiste em ser preservado.

O que uma sociedade julga importante para ser preservado e, portanto, arquivado, bem como o que se encontra inscrito nesse arquivo, nos dizem muito sobre suas práticas de arquivamento, as políticas memorialistas, a relação que os homens estabelecem com o tempo assim como as próprias noções de documento, verdade, prova e história. Pensar a prática de arquivamento que Melo empregou para preservar sua vida e a entrada das *Cartas Familiares* nos arquivos portugueses é refletir nas relações que o escrito, mesmo o escrito ordinário como o epistolar, estabelecem com os homens de uma sociedade e as implicações de ordem filosóficas e políticas imbricadas na sua produção e arquivamento. É pensar em como uma obra, e não apenas seu autor, participa na construção e na escrita da história.

Referências bibliográficas

Fontes

CAMÕES, Luís de. Obras Completas. Lisboa: Sá da Costa, Vol. III.

LOBO, Francisco Rodrigues. *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno*. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1945.

MELO, Francisco Manuel de. *Cartas familiares*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional - Casa da Moeda, 1981.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Lei sobre os estilos de falar e escrever*. – S.l. : s.n., depois de 16 Setembro 1597. Disponível em: <http://purl.pt/15187>.

Bibliografia

ANACLETO, Marta; AUGUSTOS, Sara; SANTOS, Zulmira (coord.). *D. Francisco Manuel de Melo e o Barraco Peninsular*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 21, 1998/01. Dossiê Arquivos Pessoais.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 183-191.

CAMARGO, Maicon da Silva. *D. Francisco Manuel de Melo um intérprete de seu tempo: o ser, o mundo e a vida no pensamento ibérico seiscentista*. 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2014.

CARVALHO, José Adriano de. Aspectos do desengano e da aceitação da vida em D. Francisco Manuel de Mello. *Revista Brotéria*. Lisboa, v. LXXVIII, nº 3, p. 277-291, 1964.

_____. Aspectos do desengano e da aceitação da vida em D. Francisco Manuel de Mello (II). *Revista Brotéria*. Lisboa, v. LXXVIII, nº 4, p. 423-438, 1964.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *A prática epistolar moderna e as cartas vice-rei D. Luis de Almeida, o marquês do Lavradio*. São Paulo: Alameda, 2013.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 2011.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994(A).

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994(B).

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antonio. *A Formação do Mundo Moderno: A construção do Ocidente dos séculos XIV ao XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 144-162.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (orgs). *Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudo sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GAY, Peter. O traço comum. In: *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória à Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 337 – 376.

KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart (et. all.). *O conceito de História*. Autêntica, 2013, p. 119-184.

KOYRÉ, Alexandre. Filosofia da história. In: SALOMON, Marlon. *Alexandre Koyré, historiador do pensamento*. Goiânia: Ricochete, 2010.

LACAPRA, Dominick. Repensar la história intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. *“Giro lingüístico” e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 237-293.

MEGIANE, Ana Paula Torres. Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria. In: *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, jul-dez. 2007, p. 24-48.

PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Melo Esboço Biographico*. Coimbra: Editora da Universidade, 1914.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

ROCHA, Andréa Crabbé. *A epistolografia em Portugal*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

SALOMON, Marlon. *Arquivologia das correspondências*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

SARMENTO, Maria da Conceição orais (Notas e prefácio). In: Melo, Francisco Manuel de Melo. *Cartas familiares*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1981.